



MPCDF

Fl. 750
Proc.: 35896/14

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

PARECER: 822/2016-ML

ASSUNTO: FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

REFERÊNCIA: PROCESSO N.º 35.896/2014

EMENTA: APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES ATINENTES AO DESCUMPRIMENTO DO ART. 117, X, DA LEI Nº 8.112/1990 E DO **ITEM B.4** DA DECISÃO Nº 42/2006. PRORROGAÇÕES DE PRAZO CONCEDIDAS PELAS DECISÕES NºS 5.487/2014, 691/2015 E 3.299/2015. REPRESENTAÇÃO DO **PARQUET** DE CONTAS. IRREGULARIDADES QUANTO AO EXERCÍCIO DE ADMINISTRAÇÃO OU GERÊNCIA DE SOCIEDADES EMPRESÁRIAS POR SERVIDORES DA SES/DF. INFRAÇÃO FUNCIONAL. ART. 193, IX E X, DA LC Nº 840/2011. CONFLITO DE INTERESSES. SERVIDORES DA SES/DF INTEGRANTES DO QUADRO SOCIETÁRIO DE CONTRATADAS PELA PASTA. VEDAÇÃO PREVISTA NO ART. 9º, III, DA LEI Nº 8.666/1993. FALTA MÉDIA E GRAVE. ART. 192, IV, E 194, IV, DA LC Nº 840/2011. DECISÕES NºS 3.299/2015 E Nº 1.048/2016. DETERMINAÇÕES À SES/DF. ÁREA TÉCNICA SUGERE O CUMPRIMENTO SATISFATÓRIO DO **ITEM I.B** E NÃO CUMPRIMENTO DO **ITEM I.A** DA DECISÃO Nº 1.048/2016. PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA ATENDIMENTO DO **ITEM V** DA DECISÃO Nº 1.894/2014. DETERMINAÇÕES. **AQUIESCÊNCIA DO MPC/DF, COM ADENDO. PROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO. EXERCÍCIO CUMULATIVO DE CARGO PÚBLICO COM ADMINISTRAÇÃO OU GERÊNCIA DE ENTIDADE PRIVADA. SERVIDORES DA SES/DF SÓCIOS DE SOCIEDADES EMPRESÁRIAS CONTRATADAS PELA PRÓPRIA PASTA. VIOLAÇÃO AO ART. 9º, III, DA LEI Nº 1993. DETERMINAÇÃO À SES/DF PARA QUE ADOTE MEDIDAS EFETIVAS A FIM DE IDENTIFICAR CONTRATOS EM VIGOR QUE AFRONTEM O CITADO DISPOSITIVO DA LEI Nº 8.666/1993.**

1. Os autos em epígrafe foram constituídos em atenção ao **item III** da r. Decisão nº 5.487/2014, fl. 2, proferida nos autos do Processo nº 4.197/2010. Os aludidos autos albergaram Tomada de Contas Especial instaurada em atendimento à r. Decisão Reservada nº 29/2009, prolatada no Processo nº 36.650/2008, para apurar irregularidades ocorridas no âmbito do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, vinculado à Secretaria de Estado de Saúde – SES/DF.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

2. Na espécie, mediante a r. Decisão nº 1.894/2014, o e. **TCDF** determinou a apuração dos fatos mencionados pelo Sr. Ayrton de Castro Gonçalves Barroso, nos seguintes termos:

*“(...) V – determinar, ainda, o envio à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF de cópia dos documentos de fls. 456/500 do Processo nº 060.007.756/2009, para que **apure as irregularidades noticiadas pelo servidor AYRTON DE CASTRO GONÇALVES BARROSO**, de que outros servidores por ele relacionados também estariam descumprindo a legislação vigente, em especial o disposto no art. 117, inciso X, da Lei nº 8112/90 e no item b.4 da Decisão nº 42/2006, informando ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, as medidas adotadas por aquela Pasta; (...)”* (Grifos acrescidos).

3. Mediante as rr. Decisões nºs 691/2015 e 3.299/2015, fls. 279 e 371, respectivamente, o e. **TCDF** concedeu prorrogação de prazo para atendimento do desiderato da r. Decisão nº 1.894/2014.

4. Posteriormente, em atenção à deliberação contida na r. Decisão nº 4.002/2015, a Representação nº 14/2015-ML, inicialmente tratada no Processo nº 24.082/2015-e, foi juntada ao feito em exame.

5. Impende salientar que a aludida Representação identificou possível descumprimento do art. 193, IX e X, da LC nº 840/2014, caracterizado pelo **exercício de administração ou gerência de sociedades empresárias por servidores do Órgão distrital**. Reportou, ainda, inobservância da vedação prevista no art. 9º, III, da Lei nº 8.666/1993, em face da participação de servidores da SES/DF no quadro societário de pessoas jurídicas contratadas pelo Órgão distrital.

6. Após prorrogação de prazo concedida por meio da r. Decisão nº 1.048/2016, fl. 480, a jurisdicionada informou, por intermédio do Ofício nº 554/2016-GAB/SES, fl. 482, que os esclarecimentos requisitados pelo **item II** da r. Decisão nº 4.002/2015 foram encaminhados pelo Ofício nº 518/2016 – GAB/SES, fl. 483, e anexos de fls. 484/611.

7. No bojo da Instrução às fls. 645/662, a Divisão de Fiscalização de Pessoal avaliou o cumprimento pela jurisdicionada da determinação contida **item V** da r. Decisão nº 1.894/2014, reiterada pela r. Decisão nº 1.048/2016. Além disso, apreciou a efetiva configuração das irregularidades narradas na Representação deste **Parquet** especializado.

8. Acerca do cumprimento do **item V** da r. Decisão nº 1.894/2014, o Corpo Técnico se manifestou nos seguintes termos:

*“Do cumprimento do **item V** da Decisão nº 1.894/2014 7. Com relação ao **item V** da Decisão nº 1.894/2014, em sua resposta de fls. 482/611 à reiteração constante na Decisão nº 1.048/2016, a jurisdicionada nada esclareceu.*

8. Considerando que se tratava de análise de 993 casos supostamente ilícitos e da dificuldade de a jurisdicionada cumprir a determinação citada, foi realizado o



MPCDF

Fl. 752
Proc.: 35896/14

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

cruzamento dos CPFs dos 993 servidores citados na inicial com o cadastro de sócios da Secretaria de Fazenda do DF (mês de referência fevereiro/2016, última versão disponibilizada a esta Corte) e verificou-se que apenas os 94 a seguir listados estão no cadastro de sócios como administradores ou em situações análogas:

(...)

9. Em face disso e tendo em conta que, embora o cadastro consultado englobe apenas os vínculos societários distritais, é pouco provável que existam muitos outros vínculos societários dos demais servidores em outras unidades da federação, de modo que esta Corte pode determinar que o cumprimento do item V da Decisão nº 1.894/2014 priorize os 94 servidores supracitados. Assim, haverá uma redução de mais de 90% do trabalho a ser realizado pela SES/DF, provavelmente sem perda significativa no resultado esperado, possibilitando que a jurisdicionada venha a cumprir a determinação desta Corte em um prazo razoável..” (Fls. 646/648 - grifos acrescidos).

9. Ato contínuo, o Corpo Técnico debruçou sua análise acerca das irregularidades narradas na Representação nº 14/2015-ML, fls. 456/457, concluindo, **in verbis**:

“Da Representação nº 14/2015-ML

Dos Servidores que Cumulam Cargo Público e Administração ou Gerência de Entidade Privada

10. Neste tópico, trataremos dos 5 servidores listados na Representação nº 14/2015-ML, que supostamente exerceriam administração ou gerência de entidade privada cumulativamente com cargo público (primeira parte da representação).

11. Com relação ao servidor Sérgio Raimundini Cavechia, matrícula nº 01276174, constatou-se no Sistema CNPJ, da RFB, que a Clínica do Rim de Águas Lindas, CNPJ nº 05.469.171/0001-88, aberta em 07/01/2003, foi extinta por liquidação voluntária em 06/05/2008 (fl. 612), corroborando parte da informação prestada pelo servidor à fl. 502-v. Deve-se ressaltar que não consta no Sistema CNPJ, da RFB, informação de que ele seja atualmente sócio-gerente ou administrador de outras sociedades (fl. 613) e, no cadastro de sócios da SEF/DF, também não consta qualquer registro nesse sentido, pois a Clínica do Rim de Águas Lindas não estaria na jurisdição do DF. Tendo em conta que o prazo prescricional só começaria a ‘correr da primeira data em que o fato ou ato se tornou conhecido pela chefia da repartição onde ele ocorreu, pela chefia mediata ou imediata do servidor, ou pela autoridade competente para instaurar sindicância ou processo disciplinar’ (art. 208, § 1º, da LC nº 840/20112), não haveria óbice para o GDF instaurar processo administrativo disciplinar com vistas a apurar suposta prática da conduta elencada no art. 193, inciso X, da LC nº 840/2011 e no art. 117, inciso X, da Lei nº 8.112/1990. Porém, considerando que a sociedade já foi liquidada há vários anos, sendo difícil apurar atualmente eventuais prejuízos eventualmente causados no período em que houve o acúmulo das funções, e, s.m.j., não havendo elementos que indiquem que houve prejuízo para as funções exercidas por ele na SES/DF, entendo que poderia ser relevada essa possível ilegalidade.

12. No caso do servidor Enzo Galvão Diniz Torreão Braz, matrícula nº 01314556, observou-se no cadastro de sócios da SEF/DF que ele teria sido sócio-administrador da Amigo Assistência Médica Ltda. (fl. 614), mas ele foi excluído dessa sociedade em 10/08/2010 (fl. 615-v). No Sistema CNPJ, da RFB, consta que ele foi Diretor da



MPCDF

Fl. 753
Proc.: 35896/14

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

*Cooperativa dos Centros de Diálise e Transplante Associados Ltda. (CCDTA), supostamente no período de 08/01/2001 a 23/10/2003 (fl. 615). Devido ao extenso tempo decorrido desde a solução da possível irregularidade, as mesmas considerações do parágrafo anterior se aplicam a este caso, assim como a proposta de providência a ser adotada. Quanto ao vínculo com a **Clinefro Brasília Serviços Médicos Ltda.**, consta no Sistema CNPJ que ele é **sócio não administrador** (fl. 615) e, na alteração social apresentada pelo servidor, **datada de 31/03/2015, não o consta como sendo administrador na configuração anterior** da sociedade e não há indicação de alteração na cláusula que trata deste aspecto societário, razão pela qual entendo que a documentação apresentada é suficiente para a comprovação da situação lícita do servidor quanto ao vínculo com tal entidade.*

*13. Sobre a servidora **Rosana Chicon Silva**, matrícula nº 01292269, embora conste no Sistema CNPJ, da RFB, que ela seria sócia-administradora do **Serviço de Assistência Clínica e Nefrológica de Formosa Ltda. (Seaneff)**, a última alteração naquele sistema ocorreu em 12/09/2005 (fl. 616), enquanto ela apresentou a **4ª Alteração Contratual** (fls. 513/517), de 17/04/2012, registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás em 28/05/2012, comprovando que não mais seria sócia-administradora da sociedade. E a servidora **Renata Miguel Quirino**, matrícula nº 0154506X, foi sócia-administradora na **Bellotto & Furtado Serviços Nefrológicos**, tendo sido registrada sua exclusão dessa sociedade em 14/08/2006 (fl. 617), poucos meses após seu ingresso na SES/DF, em 07/04/2006. Ambos os casos se enquadrariam na mesma situação dos dois servidores listados nos parágrafos anteriores, além de a servidora **Renata** possivelmente ter se desligado da **Bellotto & Furtado Serviços Nefrológicos** antes do ingresso na SES/DF, dada a proximidade entre essas datas e o fato de que o registro na Receita Federal geralmente é feito algum tempo após a alteração contratual. Porém, elas também foram sócias-administradoras, segundo o Sistema CNPJ, da RFB, do Instituto de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento de Doenças Renais de Bauru Ltda., possivelmente no período de 07/04/2014 a 01/06/2015 (fls. 518/522 e 616/617). Em face de terem se desligado desse vínculo societário recentemente impediria a aplicação do entendimento aplicado aos casos anteriores e, portanto, entendo que deve ser recomendado à SES/DF a instauração de processo administrativo disciplinar com vistas a apurar suposta prática da conduta elencada no art. 193, inciso X, da LC nº 840/2011, em relação ao vínculo com o Instituto de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento de Doenças Renais de Bauru Ltda., CNPJ nº 20.037.851/0001-16.*

*14. Por fim, quanto ao servidor **Arnaldo Alexandre Alves de Araújo**, matrícula nº 01320505, entendo que merecem prosperar as razões de justificativa de modo a serem considerados regulares os vínculos societários com a Imagem Clínica de Ecografia e Radiologia Ltda. EPP, Artros Ortopedia Ltda. – EPP e Gestão Imóveis Ltda., em face da documentação juntada aos autos (fls. 541-v/563) e do que consta no Sistema CNPJ, da RFB (fls. 618/619), que comprovam que ele não é sócio-administrador dessas entidades. Por outro lado, não se pode dizer o mesmo em relação à função de diretor exercida nos Hospitais Santa Helena e Prontonorte. É que os estatutos de ambos os hospitais (fls. 566/573) dispõem de modo contrário ao que ele afirmou às fls. 541-v/545, como se vê: (1) o Diretor Técnico e Clínico administra a companhia juntamente com os outros três diretores (artigo 12 dos Estatutos); (2) o Diretor Técnico e Clínico poderia vir a exercer as atribuições no*



MPCDF

Fl. 754
Proc.: 35896/14

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

caso de ausência de outros diretores (artigos 15, parágrafo único, e 24, inciso II, dos Estatutos); (3) **a função dele não é apenas auxiliar os demais diretores (essa cláusula de auxiliar os demais diretores consta nas atribuições de todos os cargos de diretor, conforme artigos 21 a 24 dos Estatutos);** (4) ao contrário, as atribuições definidas no artigo 24 dos Estatutos indicam o caráter gerencial do cargo, até porque as atividades de supervisão e coordenação técnica, que o servidor alegou realizar nos hospitais em questão (fls. 541-v/545), configuram atividades típicas de gerência/administração; (5) a vedação do art. 193, inciso X, da LC nº 840/2011 não é apenas restrição à prática de atos ordinários de gestão, até porque não faria sentido a um Diretor Técnico e Clínico realizar pagamentos ou comprar bens móveis ou imóveis, mas o próprio Estatuto determina que ele pratique outros atos de gestão, como supervisionar a orientação médica dos serviços, verificar a correta internação dos pacientes e zelar para que a assistência médica seja eficiente e contínua, por exemplo (artigo 24 dos Estatutos); (6) o caráter gerencial das funções exercidas independem da remuneração; (7) o servidor não é um mero consultor dos hospitais, como alegou, mas exerce importante cargo na diretoria das companhias e é também o quinto maior acionista do Medgrupo Participações SA, que controlava o Hospital Santa Helena³ e tem importante participação societária no Prontonorte (fls. 620/622). **Pelo exposto, entendo que a SES/DF deve instaurar processo administrativo disciplinar para apurar suposta prática da conduta elencada no art. 193, inciso X, da LC nº 840/2011 em relação aos vínculos com os Hospitais Santa Helena e Prontonorte pelo servidor em tela.**

Dos Contratos Firmados pela SES/DF com Sociedades cujos Sócios são Servidores da SES/DF

Da Impossibilidade de Contratação

15. O artigo 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/1993 veda a participação de empresas cujos sócios sejam servidores públicos do próprio órgão/entidade contratante, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, in verbis:

Art. 9º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

[...]

III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

[...]

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - DESCLASSIFICAÇÃO - EMPRESA - SERVIDOR LICENCIADO – ÓRGÃO CONTRATANTE. Não pode participar de procedimento licitatório, a empresa que possuir, em seu quadro de pessoal, servidor ou dirigente do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação (Lei nº 8.666/93, artigo 9º, inciso III). O fato de estar o servidor licenciado, à época do certame, não ilide a aplicação do referido preceito legal, eis que não deixa de ser funcionário o servidor em gozo de licença. Recurso improvido. (STJ – REsp 254115/SP, Rel. Ministro GARCIA VIEIRA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/06/2000, DJ 14/08/2000, p. 154)

16. Na mesma linha, o entendimento doutrinário de Marçal Justen Filho, citado na inicial:

[...] não podem participar da licitação o servidor ou dirigente do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação. Também se proíbe a participação de empresas cujos sócios, administradores, empregados, controladores, etc., sejam servidores ou dirigentes dos órgãos contratantes. Essa vedação reporta-se ao princípio da moralidade, sendo pressuposto necessário da licitação e contratação administrativa. [...] (JUSTEN



MPCDF

Fl. 755
Proc.: 35896/14

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo: Dialética, 2012. p. 191. grifo nosso).

17. Sendo assim, **não pode a SES/DF vir a contratar entidades cujos sócios também sejam servidores dessa Secretaria.**

18. Ao violar tais normativos e princípios legais, o servidor público poderia, em tese, estar incorrendo em violações previstas na LC nº 840/2011, a saber:

Art. 192. São infrações médias do grupo II: [...] IV - exercer atividade privada incompatível com o exercício do cargo público ou da função de confiança; [...] Art. 194. São infrações graves do grupo II: [...] IV - valer-se do cargo para obter proveito indevido para si ou para outrem, em detrimento da dignidade da função pública; [...]

Do Conflito de Interesses

19. Além de ferir a lei, **essas contratações de entidades privadas cujos sócios são servidores da própria Secretaria acarretam situações indesejáveis/não recomendáveis, ou uma fonte de risco, segundo a ISO 31000:2009.** E, de acordo com o Comitê de Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO), como princípio das atividades de controle, a organização deve selecionar e desenvolver 'atividades de controle que contribuem para a redução, a níveis aceitáveis, dos riscos à realização dos objetivos'. Registre-se que tanto a ISO 31000:2009 quanto o documento Controle Interno - Estrutura Integrada, de 2013, do COSO, devem ser adotadas pela Administração Pública distrital por força do Decreto nº 37.302/2016.

20. **Apenas exemplificando com casos que foram detectados nos 5 contratos constantes na inicial da Representação nº 14/2015-ML, observou-se situações em que servidores da SES/DF que são sócios de entidades contratadas, além de pertencerem à mesma carreira, também trabalham na mesma unidade que os responsáveis pela fiscalização.** Esse contexto poderia, não só nesses casos, como também em outros análogos, influenciar decisões, inibir executores de contratos a adotar medidas severas em relação à entidade contratada, caso necessário, ou, uma vez tomadas essas medidas, ocorrer constrangimentos e animosidades no ambiente de trabalho, posto que contrariariam interesses econômicos dos (ex-) colegas de trabalho, também sócios da entidade contratada.

21. Foi constatada ainda **situação em que o executor do contrato estaria supostamente subordinado a sócia da entidade contratada, além de esta sócia, enquanto chefe da Unidade de Nefrologia, poder, ao menos em tese, influir no processo decisório da SES/DF quanto às políticas relativas a tratamentos de pacientes renais que de alguma forma pudessem afetar o contrato com a entidade da qual é sócia, o que aprofundaria mais ainda o conflito de interesses.**

22. Em um dos contratos analisados, também foi detectado caso em que **servidor da SES/DF e sócio de contratada, assinou dois termos aditivos pela entidade, situação que poderia configurar conflito de interesses com os da SES/DF.**

23. Ademais, **parece haver conflito de interesses entre as atribuições dos profissionais da saúde e a prestação de serviços na mesma área para seu empregador.** É que se espera que o Poder Público possa prestar o máximo possível de seus serviços diretamente, com eficiência, eficácia e economicidade, buscando complementar com serviços da iniciativa privada apenas quando não puder suprir com seus próprios recursos. E, quanto menos o Poder Público prover o serviço de saúde com seus próprios recursos ou quanto mais pacientes forem encaminhados para realização de procedimentos de terapia renal substitutiva, mais demanda para



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

serviços da iniciativa privada e mais dinheiro será pago às entidades contratadas. Não que isso esteja necessariamente ocorrendo nos casos aqui citados ou em outros, mas é fato que há esse risco sempre que os mesmos profissionais que fazem o serviço público de saúde e que são responsáveis por encaminhar pacientes para a rede de atendimento, também se beneficiarem financeiramente dessa situação, seja pelo incremento artificial do número de pacientes, seja pela baixa eficiência dos serviços executados pela própria SES/DF.

24. Há poucos dias, no curso da CPI da Saúde, houve relato da baixa eficiência dos tomógrafos dos hospitais públicos do DF (abaixo), situação que pode se repetir em diversas outras áreas, inclusive na nefrologia, que engloba 4 dos 5 contratos que foram objeto da Representação nº 14/2015-ML, e pode estar sendo agravada por conflitos de interesses como os ora relatados, prestados pelo Presidente do Conselho Regional de Radiologia do Distrito Federal:

O presidente do Conselho Regional de Radiologia do Distrito Federal, Adriano Levay, disse nesta quinta-feira (23) à CPI da Saúde que falta manutenção em aparelhos radiológicos, como os tomógrafos, na rede pública da capital. Segundo ele, também há encaminhamento de pacientes para a rede privada. Levay disse que '85% dos exames que poderiam ser feitos na rede pública de saúde do DF' são feitos em clínicas particulares. 'Dos dez tomógrafos dos hospitais públicos, 60% estão quebrados'. Durante depoimento, ele afirmou que as máquinas de revelação em funcionamento são obsoletas.

'O resultado desse sucateamento são péssimas imagens e o comprometimento dos laudos para detecção das patologias.' [...] (G1 Distrito Federal. Depoente na CPI da Saúde aponta falta de manutenção em tomógrafos. Disponível em: Acesso em: 24 jun. 2016. Grifo nosso)

25. Especificamente quanto à área de nefrologia, esta Corte realizou recentemente uma auditoria de regularidade cujo objetivo era examinar a contratação de entidades particulares para a execução de serviços de terapia renal (Processo nº 11.843/2015), tendo constatado naqueles autos conflito de interesses, como se vê (pp. 3-4 do Relatório Final. e-DOC nº EC5ACA5F-e):

Embora expressamente vedado na Lei 8666/1993 e nos editais de credenciamentos, verificou-se a contratação de clínicas prestadoras de TRS que possuíam, no quadro societário, servidores públicos da SES/DF. Situação que possibilita o conflito de interesses e a parcialidade na atuação dos servidores, seja por meio da obtenção de informações privilegiadas ou diante da possibilidade de influência nas instâncias administrativas da SES/DF. A irregularidade está demonstrada no Quadro a seguir.

Quadro 1. Relação de servidores públicos do Distrito Federal que são sócios das clínicas de TRS contratadas pela SES/DF.

Matrícula SES	Situação Funcional	Clínica	Vínculo
0118248X	Aposentado	CDRB	Sócio Administrador
		CDRT	Sócio
1297546	Aposentado	CDRT	Sócio Administrador
1280465	Normal	CDRT	Sócio
1384236	Normal	CDRT	Sócio
1353268	Normal	IDR	Sócio
1276174	Normal	IDRC	Sócio
		SEANE	Sócio
0169927X	Normal	IDRC	Sócio
1542303	Normal	IDRC	Sócio



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

16584929	Desligado	IDRC	Sócio Administrador
14420554	Normal	IDRC	Sócio
1234226	Aposentado	RENAL CARE	Sócio
1226134	Aposentado	SEANE	Sócio
1292269	Normal	SEANE	Sócio
1501259	Requisitado	SEANE	Sócio
0154506X	Normal	SEANE	Sócio
1252771	Normal	SOCLIMED	Sócio

Fonte: SIGRH e Sistema CNPJ, acesso em 12/08/15.

26. Ainda no Relatório Final da citada auditoria, também foram observadas falhas no processo de contratação das entidades (p. 3):

No tocante a primeira questão, observou-se que apesar de ser previsto na Portaria GM/MS 1034/2010 a obrigatoriedade da existência de um Plano Operativo em todos os ajustes firmados entre a SES/DF e as clínicas contratadas, os editais de credenciamentos dos anos de 2006 e 2009 não possuíam tal instrumento. Além disso, embora no edital de credenciamento de 2014 exista uma Minuta do Plano Operativo, esse documento não possuía todos os elementos exigidos pela Portaria. Nos processos dos editais de credenciamentos não constam elementos suficientes para justificar a contratação de clínicas para prestação de serviço de Terapia Renal Substitutiva - TRS, bem como o quantitativo de vagas a serem contratadas. Como consequência, pode ocorrer estimativa incorreta do quantitativo de serviços de TRS a serem terceirizados, devido à ausência de fundamentos em estudos técnicos detalhados.

27. E, ainda, relevantes falhas na fiscalização dos contratos (pp. 4-5):

No que tange à terceira questão, a prestação dos serviços de TRS pelas clínicas contratadas não seguem todos os ditames das normas específicas do SUS. Verificaram-se falhas recorrentes descritas nos relatórios de vistoria do órgão de vigilância sanitária local. Além disso, foram observadas inconformidades nos exames realizados; na proporção de profissionais por paciente; no atendimento dos profissionais da equipe de humanização: psicólogo, nutricionista e assistente social; no que preceitua o instrumento contratual; entre outros. As falhas contrariam a RDC3 - ANVISA 11/2014, que trata dos Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Diálise, bem como a Portaria GM/MS 389/2014, que define os critérios para a organização da linha de cuidado da pessoa com Doença Renal Crônica - DRC. Dessa forma, os serviços permanecem ao longo do tempo sendo realizados em desconformidade com a legislação e com os contratos celebrados.

Ainda, foram verificadas irregularidades no controle da SES/DF sobre a prestação dos serviços de TRS pelas clínicas. Verificou-se a designação de executores responsáveis por mais de 3 contratos, contrariando dispositivos legais. Além disso, foram constatados executores de contratos que possuíam vínculos laborais com clínicas contratadas, o que evidencia ofensa ao princípio da segregação de funções e prejudica a imparcialidade na fiscalização dos ajustes. Corroborando com esse quadro, verificou-se a inexistência de registros e a precariedade do acompanhamento e da fiscalização dos contratos firmados. Foram identificadas várias incongruências nos documentos comprobatórios da execução dos serviços, além da ausência de qualquer manifestação dos executores sobre os fatos.

28. Por tudo o que foi apresentado nos parágrafos anteriores e também o que foi apurado nos autos do **Processo nº 11.843/2015**, é de se esperar que **os conflitos de interesses tenham contribuído, em maior ou menor grau, para os problemas encontrados pela equipe da auditoria objeto do Processo nº 11.843/2015**, além das inúmeras deficiências relatadas no Relatório Final do Processo nº 3.120/2015-e (e-DOC nº e-DOC E2D7D48A-e), que trata de auditoria operacional para analisar a oferta de serviços de Terapia Renal Substitutiva - TRS aos pacientes renais crônicos.



MPCDF

Fl. 758
Proc.: 35896/14

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

Por essa razão, esses conflitos de interesses devem ser eliminados ou, ao menos, minimizados pela SES/DF, de modo a assegurar a prestação dos serviços pelas clínicas particulares dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde ou pelos contratos de prestações de serviços, tendo sempre como foco garantir a qualidade no atendimento aos pacientes.

*29. Nos subtópicos subsequentes serão tratadas apenas as **peculiaridades** detectadas em cada contrato, que poderiam caracterizar ou contribuir para a **existência de eventuais situações que causassem conflitos de interesse entre a SES/DF** e as entidades contratadas ou os sócios dessas entidades, posto que o fato de as contratadas terem sócios que são servidores da SES/DF, infringiria o artigo 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/1993, além de, ao menos em tese, poder haver conflitos de interesses nas relações SES/DF-contratada.*

Do Contrato nº 160/2014-SES/DF (Clínica de Doenças Renais de Taguatinga Ltda.)

*30. No caso do **Contrato nº 160/2014-SES/DF**, firmado entre a SES/DF e a **Clínica de Doenças Renais de Taguatinga Ltda.**, CNPJ nº 38.033.882/0001-64, em 17/06/2014, assim como no **primeiro aditivo**, em 10/06/2015, observou-se que assinou pela contratada o servidor da jurisdicionada **Evandro Reis da Silva Filho** (fl. 623), portador do CPF nº 149.767.141-87 e da matrícula nº 0118248X (inativo desde 04/06/2012), **embora o mesmo conste no sistema da RFB apenas como sócio (não-administrador)**, à fl. 625, não sendo possível afirmar se à data da assinatura ele seria administrador da entidade contratada.*

*31. Ressalte-se, ainda, que tanto o servidor inativo **Evandro**, já citado, quanto **Liene Maria Sobral Neves**, portadora do CPF nº 296.260.132-49 e da matrícula nº 01384236, **também servidora - ativa - da jurisdicionada e sócia da contratada**, além de pertencerem à mesma profissão (todos médicos, da mesma especialidade: nefrologia), **trabalhavam/trabalham na mesma lotação (Unidade de Nefrologia do Hospital Regional de Taguatinga) em que os executores titulares e substitutos do referido Contrato (Gladson Paiva Ferreira, matrícula nº 01653199, Kristiane Almeida Flauzino, matrícula nº 01422502, e Luciana da Silva Cruvinel, matrícula nº 01905457), conforme consta no SIGH e na fl. 624. A outra sócia da Clínica e também servidora da SES/DF citada na Representação nº 14/2015-ML (fls. 456/457), **Maria da Penha Almeida Batista**, portadora do CPF nº 280.286.514-53 e da matrícula nº 01280465, está lotada, ao menos desde maio/2012, no Hospital de Base do Distrito Federal.***

32. Acrescente-se que a contratada deveria prestar serviço em algumas Regiões Administrativas, inclusive em Taguatinga e no Plano Piloto, onde atuam os servidores da SES/DF que também são sócios dela.

Do Contrato nº 028/2013-SES/DF (Seane - Serviço de Assistência Clínica e Nefrológica Ltda.)

*33. Quanto ao **Contrato nº 028/2013-SES/DF**, firmado entre a Secretaria de Saúde e o Seane para a prestação de serviços de Terapia Renal Substitutiva – TRS (fls. 626/627), observou-se que **Odimary Araújo Costa Reis Silva**, portadora do CPF nº 078.214.093-91 e das matrículas nos 01159011 (aposentada) e 01501259 (cedida da SE/DF do vínculo de matrícula nº 00548219) na SES/DF, **é sócia da Seane e exerce a chefia da Unidade de Nefrologia do Hospital de Base do DF na SES/DF, mesmo setor em que trabalha o executor titular do referido Contrato, Marcelo Pereira Lodônio**, matrícula nº 01663100, conforme consta no SIGH e no DODF (fl. 628). O*



MPCDF

Fl. 759
Proc.: 35896/14

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

servidor e sócio da Seane Hilton Carlos Rocha Dias, portador do CPF nº 224.659.951-20 e da matrícula nº 01226134, também trabalhava na mesma unidade à época da assinatura do contrato, tendo aposentado em 19/05/2015.

34. Registre-se, ainda, que, enquanto o sócio-administrador da Seane, **Danilo Dário Dias**, possui apenas 0,5% do capital social da sociedade, a servidora/sócia **Odinary** possui 10,87% e o servidor/sócio **Hilton**, 28,12%, ao passo que os outros 3 sócios da contratada, todos servidores da SES/DF e que foram citados na Representação nº 14/2015-ML (fls. 456/457), integralizaram o restante do capital social dessa sociedade (fls. 497-v/502). Ou seja, o administrador é aquele que menos se beneficia dos resultados da entidade e consequentemente dos contratos com o Poder Público, posto que possui participação irrisória no capital social.

35. Outro contrato com a Seane está sendo analisado no Processo nº 26.900/2007, tendo sido, por força do disposto no item V da Decisão nº 2.414/2016, chamados em audiência diversos servidores da SES/DF, inclusive:

d) Sr. **Sérgio Raimundini Cavechia**, por ter exercido, concomitantemente, a função de Coordenador de Nefrologia, executor do Contrato n.º 012/2007- SES/DF e de sócio/diretor da empresa Seane, prestadora dos serviços relativos ao citado ajuste, tendo atuado, ainda, como representante da Administração quando a sua irmã, Sra. **Sandra Raimundini Cavechia**, era representante da Seane; e) Sr. **José Geraldo Maciel**, então Secretário de Estado de Saúde, por ter nomeado o **Sérgio Raimundini Cavechia** como **Coordenador de Nefrologia da SES/DF**, ao arripio do interesse público e em afronta aos princípios da impessoalidade, da moralidade e da segregação de funções;

36. O servidor **Sérgio Raimundini Cavechia** também respondeu a processo administrativo disciplinar por ser servidor e concomitantemente ter participado de sociedade que possuía contrato com a SES/DF, tendo sido aplicada pena de suspensão de 90 (noventa) dias a ele, como se vê (Processo nº 11.843/2013, eDOC EC5ACA5F-e, pp. 33-34):

101. Por meio da Nota de Auditora 03_11843/15 (PT 6, fls. 4/5), foi solicitada à SES/DF a relação dos Processos Administrativos Disciplinares e outros procedimentos congêneres, como sindicâncias e afins, referentes a TRS, instaurados no período de 2014 e 2015, constando o nome do servidor, o objeto e o estágio processual atual. Em resposta, conforme consta do Despacho 948/2015-DIPD/COR/SES, a Corregedoria da Saúde informou da existência de apenas 01 (um) PAD de nº 002/2013, Processo 060.001.918/2013 em desfavor do servidor médico, o Sr. **Sérgio Raimundini Cavechia** (PT 7, fls. 37/38). Observe-se que o servidor indicado consta do Quadro anterior com a matrícula 1276174, sócio das clínicas IDRC e Seane.

102. Examinando-se referido processo disciplinar, observa-se que a Comissão de Sindicância constatou a ilegalidade do vínculo do servidor com a clínica contratada e sugeriu pena de demissão (PT 15, fl. 49). No entanto, no julgamento, a Corregedoria da Saúde decidiu pela aplicação de pena de suspensão por 90 (noventa) dias, convertida em multa no mesmo documento (PT 15, fls. 67/68). Posteriormente, a Corregedoria da Saúde determinou o cancelamento da multa, a restituição do valor ao servidor e o arquivamento do processo, em vista do acolhimento de recurso fundamentando-se na prescrição da pretensão punitiva (PT 15, fls. 69/76).

Do Contrato nº 016/2010-SES/DF (INEB - Instituto de Nefrologia de Brasília Ltda. Antigo IDRC - Instituto de Doenças Renais de Ceilândia Ltda.)

37. Embora não tenham sido constatados executores do Contrato trabalhando nos mesmos setores que sócios das contratadas, observou-se que a sócia responsável por assinar pela contratada o segundo e o terceiro termos aditivos ao Contrato também é a servidora da SES/DF **Karime da Veiga Jardim Pacheco**, portadora do CPF nº



MPCDF

Fl. 760
Proc.: 35896/14

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

785.739.801-25 e da matrícula nº 01542109 (fls. 630/634), apesar de não constar no Sistema CNPJ, da RFB, se ela seria sócia-administradora à época. Ressalte-se que ela se desligou do INEB posteriormente, em 23/02/2015 (fl. 635).

38. Também se teve notícia da existência do **Processo Administrativo Disciplinar nº 480-000.139/2015 instaurado pela CGDF, com vistas a apurar supostas irregularidades nos contratos com o então IDRC (atual INEB) e com o IDR – Instituto de Doenças Renais** (fls. 643/644). Em face disso, deve-se requerer à CGDF cópia dos documentos que contêm as irregularidades eventualmente detectadas, bem como do relatório final elaborado pela comissão processante e as decisões das instâncias superiores, se houver.

Do Contrato nº 162/2014-SES/DF (Sociedade de Clínica Médica S/S)

39. O sócio da contratada e servidor da SES/DF **Marcelo Antônio Martins Almeida**, matrícula nº 01252771, embora não trabalhe na mesma unidade que os executores de contrato ou tenha assinado o contrato e os aditivos, atua na SES/DF na área que é objeto do contrato (Hospital de Base do Distrito Federal, que está no Plano Piloto), às fls. 636/639, o que também poderia configurar conflito de interesses.

Do Contrato de Credenciamento nº 13/2013-CBM/DF (Hospital Santa Helena)

40. O Contrato nº 13/2013 da SES/DF não foi com o Hospital Santa Helena (fl. 640-v). Em buscas realizadas, inferiu-se que, pelo valor e pela contratada, trata-se do **Contrato de Credenciamento nº 13/2013 firmado entre o Hospital Santa Helena e o Corpo de Bombeiros Militar do DF** (fls. 641/642). Nesse caso, a priori, não se observaria conflito de interesses ou descumprimento do artigo 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/1993, posto que **Arnaldo Alexandre Alves de Araújo**, matrícula nº 01320505, é apenas servidor da SES/DF.

41. Por outro lado, constam empenhos em 2013 cujos credores são os Hospitais Santa Helena e Prontonorte, onde ele exerceria o cargo de Diretor, mas tratam de procedimentos realizados majoritariamente entre 2009 e 2011.

42. Posto isso e não havendo empenhos para os hospitais nos quais o servidor da SES/DF **Arnaldo Alexandre Alves de Araújo**, matrícula nº 01320505, é diretor e acionista, não se vislumbra ilegalidade ou possível conflito de interesses quanto ao Contrato de Credenciamento nº 13/2013-CBM/DF, citado na Representação nº 14/2015-ML, às fls. 456/457.

43. Assim, deve ser objeto de apuração pela SES/DF o suposto descumprimento dos artigos 192, inciso IV, ou 194, inciso IV, da LC nº 840/2011 pelos servidores listados na Representação nº 14/2015-ML, no parágrafo 25, provenientes do Relatório Final do Processo nº 11.843/2015, e no parágrafo 37 desta Informação (servidora **Karime da Veiga Jardim Pacheco**, matrícula nº 01542109). Importante ressaltar que o contrato com o IDRC (atual INEB) teve vigência até 31/05/2013 e os demais permaneceram vigentes ao menos até 2014, conforme consta no Quadro 7 do Relatório Final do Processo nº 11.843/2015 (eDOC nº EC5ACA5F-e). Todos os casos a serem apurados pela SES/DF estão listados na tabela a seguir:

TABELA II – Servidores da SES/DF que são sócios de contratadas da SES/DF				
Nº	Matrícula	Nome	Sociedade Empresária	Contrato
1	01276174	Sérgio Raimundini Cavechia	Seane - Serviço de	012/2007 28/2013
2	01292269	Rosana Chicon Silva	Assistência Clínica e	
3	0154506X	Renata Miguel Quirino	Nefrológica Ltda.	



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

TABELA II – Servidores da SES/DF que são sócios de contratadas da SES/DF				
Nº	Matrícula	Nome	Sociedade Empresária	Contrato
4	01226134	Hilton Carlos Rocha Dias	CPNJ nº 01.619.412/0001-77.	
5	01159011 01501259	Odimary Araújo Costa Reis Silva		
6	01280465	Maria da Penha Almeida Batista	Clínica de Doenças Renais de Taguatinga Ltda. CNPJ nº 38.033.882/0001-64.	21/2008 160/2014
7	01384236	Liene Maria Sobral Neves		
8	01297546	Gracy Ara de Almeida Nery Ferreira		
9	0118248X	Evandro Reis da Silva Filho *		
10	01252771	Marcelo Antônio Martins Almeida	Sociedade de Clínica Médica S/S. CNPJ nº 00.648.717/0001-44.	18/2008 162/2014
11	0169927X	Maya Caetano Paes de Almeida	INEB - Instituto de Nefrologia de Brasília Ltda. (antigo IDRC - Instituto de Doenças Renais de Ceilândia Ltda.). CNPJ nº 10.580.711/0001-36.	16/2010
12	14420554	Isabela Novais Medeiros		
13	01542303	Roberta Casanovas Tavares Bello		
14	01542109	Karime da Veiga Jardim Pacheco		
15	0118248X	Evandro Reis da Silva Filho *	CDRB - Clínica de Doenças Renais de Brasília Ltda. CNPJ nº 01.602.408/0001-04.	28/2008
16	01353268	Andrea de Paula Bertolacini	IDR - Instituto de Doenças Renais Ltda. CNPJ nº 04.373.272/0001-98.	22/2010
17	01234226	Mario Ernesto Rodrigues	Renal Care - Prevenção e Tratamento Ltda. CNPJ nº 01.856.738/0001-18.	23/2010

44. Nos casos em que já houver sido instaurado processo administrativo disciplinar pelos mesmos motivos, a SES/DF deve encaminhar cópia das principais peças dos processos administrativos disciplinares respectivos.

45. Os sócios do **IDRC - Instituto de Doenças Renais de Ceilândia (atual INEB)** e servidores da SES/DF **Sérgio Raimundini Cavechia**, matrícula nº 01276174, e **Whelington Figueiredo Rocha**, matrícula nº 16584929, não estão na Tabela II por terem ingressado nessa sociedade empresária em 23/02/2015, após o término da vigência do contrato, em 31/05/2013 (fl. 631-v), além de o segundo sócio citado somente ter ingressado na SES/DF em 04/06/2013, vínculo do qual se desligou em 03/12/2013, conforme consta no SIGRH.

46. Dos novos casos, que não constavam na Representação nº 14/2015-ML, mas que estão listados no Processo nº 11.843/2015, cabe destacar o caso da servidora Andrea



MPCDF

Fl. 762
Proc.: 35896/14

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

de Paula Bertolacini Barbosa, matrícula 1353268, sócia do IDR – Instituto de Doenças Renais Ltda., que tinha contrato com a SES/DF vigente à época em que seu cônjuge foi Secretário de Saúde do DF, em flagrante conflito de interesses, como relatado no mencionado Processo nº 11.843/2015 (e-DOC EC5ACA5F-e, p. 33):

Destaca-se que a servidora da SES/DF Andrea de Paula Bertolacini Barbosa, matrícula 1353268, que possui vínculo societário com a clínica IDR, conforme Quadro anterior, também tem relação de parentesco (cônjuge) com o ex-Secretário de Saúde, o Sr. Rafael de Aguiar Barbosa (PT 16, fl. 840). A Clínica IDR firmou o Contrato nº 22 com a SES/DF, com vigência no período de 12/03/2010 a 11/03/2015. O Sr. Rafael Barbosa foi titular da Pasta no período de 01/01/2011 a 03/04/2014.

47. Em relação aos contratos ora analisados, sugere-se que esta Corte autorize o encaminhamento de cópia da instrução e da decisão que vier a ser proferida ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, nos termos do art. 185 do Regimento Interno desta Corte (Resolução nº 38/1990), para avaliar se as condutas ora analisadas configurariam ilícitos penais ou atos de improbidade administrativa, e determine que:

I. a SES/DF:

a) em cumprimento ao disposto no artigo 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/1993 e para aprimorar sua gestão de riscos e seus instrumentos de controle, vede a contratação de entidades privadas cujos sócios ou parentes dos sócios até o terceiro grau sejam servidores da SES/DF, ainda que afastados ou licenciados por qualquer motivo, além de não permitir que os executores de contratos trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos 5 (cinco) anos com sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas;

b) instaure processo administrativo disciplinar com vistas a apurar se as condutas relatadas no parágrafo 15 e seguintes, praticadas pelos servidores listados na Tabela II se enquadram no previsto nos artigos 192, inciso IV, ou 194, inciso IV, ambos da LC nº 840/2011;

c) nos casos em que já houver sido instaurado processo administrativo disciplinar pelos mesmos motivos citados no item anterior, a SES/DF deve encaminhar cópia das principais peças dos processos administrativos disciplinares respectivos;

II. a CGDF encaminhe ao Tribunal cópia dos documentos que contêm as irregularidades eventualmente detectadas no Processo nº 480-000.139/2015, bem como do relatório final elaborado pela comissão processante e as decisões das instâncias superiores, se houver.” (Grifos no original e acrescidos).

10. Nessa toada, o Corpo Instrutivo sugeriu ao c. **Plenário:**

“I. considerar cumprido o item I-b e não cumprido o item I-a, ambos da Decisão nº 1048/2016;

II. conceder à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal mais 60 (sessenta) dias, a contar do conhecimento da Decisão desta Corte, para que dê cumprimento ao item V da Decisão nº 1.894/14 com prioridade para os 94 servidores listados na Tabela I;

III. determinar à SES/DF que:



MPCDF

Fl. 763
Proc.: 35896/14

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

a) instaure processo administrativo disciplinar com vistas a apurar suposta prática da conduta elencada no art. 193, inciso X, da LC nº 840/2011, no prazo de 60 (sessenta) dias, encaminhando a esta Corte as providências adotadas, em face:

*a.1) das servidoras **Rosana Chicon Silva**, matrícula nº 01292269, e **Renata Miguel Quirino**, matrícula nº 0154506X, em relação ao vínculo com o **Instituto de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento de Doenças Renais de Bauru Ltda.**, no período de 07/04/2014 a 01/06/2015;*

*a.2) do servidor **Arnaldo Alexandre Alves de Araújo**, matrícula nº 01320505, em relação aos vínculos com os **Hospitais Santa Helena e Prontonorte**;*

b) instaure processo administrativo disciplinar com vistas a apurar se as condutas relatadas no parágrafo 15 e seguintes, praticadas pelos servidores listados na Tabela II se enquadram no previsto nos artigos 192, inciso IV, ou 194, inciso IV, ambos da LC nº 840/2011;

*c) nos casos em que já houver sido instaurado processo administrativo disciplinar pelos mesmos motivos citados no item anterior, a SES/DF deve **encaminhar cópia das principais peças dos processos administrativos disciplinares respectivos**;*

*d) em cumprimento ao artigo 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/1993 e para aprimorar sua gestão de riscos e seus instrumentos de controle, **vede a contratação de entidades privadas cujos sócios ou parentes dos sócios até o terceiro grau sejam servidores da SES/DF**, ainda que afastados ou licenciados por qualquer motivo, além de **não permitir que os executores de contratos trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos 5 (cinco) anos com sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas**;*

*IV. **determinar à CGDF que encaminhe ao Tribunal cópia dos documentos que contêm as irregularidades eventualmente detectadas no Processo nº 480-000.139/2015, bem como do relatório final elaborado pela comissão processante e as decisões das instâncias superiores, se houver**;*

*V. **encaminhar cópia da instrução e da decisão que vier a ser proferida ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, nos termos do art. 185 do Regimento Interno desta Corte (Resolução nº 38/1990), para avaliar se as condutas ora analisadas configurariam ilícitos penais ou atos de improbidade administrativa**;*

*VI. **autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para os devidos fins.**” (Grifos no original e acrescidos).*

11. Ato contínuo, malgrado a juntada dos documentos às fls. 667/774, a Divisão de Fiscalização de Pessoal, nos termos da Informação às fls. 745/747, reafirmou as recomendações contidas na Informação de fls. 645/662. Salientou, ainda, que **94 servidores da SES/DF**, em um universo de 993 indicados na denúncia que culminou na instauração do feito ora em exame, **possuem registro de participação societária em pessoas jurídicas fora das situações amparadas pelos permissivos legais**. Nessa toada, o Corpo Técnico arrazoou que a irregularidade cometida pelos agentes públicos demanda providências da SES/DF, conforme sugerido na informação de fls. 645/662.

12. Findo o relato, este Órgão Ministerial passa à análise do feito.

13. **Ab initio**, conforme é possível depreender do exame realizado pelo Corpo Técnico nas Informações às fls. 645/662 e 745/748, **duas** são as nuances que exsurtem na



MPCDF

Fl. 764
Proc.: 35896/14

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

atual fase processual, quais sejam: i) o exame das determinações contidas na r. Decisão nº 1.048/2016, item I.a e I.b; e ii) o **mérito da Representação nº 14/2015-ML**, fls. 456/457.

14. Nesse contexto, este Órgão Ministerial sublinha os termos das determinações contidas na r. Decisão nº 1.048/2016, **in verbis**:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

I – reiterar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que: a) cumpra, no prazo de 30 (trinta) dias, a diligência contida no inciso V da Decisão nº 1.894/14¹ (exarada no Processo nº 4.197/10); b) apresente, no prazo de 15 (quinze) dias, os esclarecimentos que julgar necessários quanto ao teor da Representação nº 14/15-ML, conforme determinação constante do inciso II da Decisão nº 4.002/2015 (prolatada no bojo do Processo nº 24.082/15-e);

II – alertar a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal de que o descumprimento reiterado de deliberação da Corte poderá ensejar a aplicação da sanção prevista no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar nº 1/94;

III – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para os devidos fins.” (Grifos acrescidos).

15. A Representação nº 14/2015-ML, fls. 456/457, narrou ao e. **TCDF** fortes indícios de cometimentos das infrações previstas no art. 193, IX e X, da Lei Complementar nº 840/2011 por servidores da SES/DF. Indicou, ainda, ofensa ao art. 9º, III, da Lei nº 8.666/1993. Vale transcrever o teor dos citados dispositivos:

“Art. 193. São infrações graves do grupo I:

(...)

IX exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

X participar de gerência ou administração de sociedade ou empresa privada, personificada ou não personificada, salvo:

a) nos casos previstos nesta Lei Complementar;

b) nos períodos de licença ou afastamento do cargo sem remuneração, desde que não haja proibição em sentido contrário, nem incompatibilidade;

c) em instituições ou entidades beneficentes, filantrópicas, de caráter social e humanitário e sem fins lucrativos, quando compatíveis com a jornada de trabalho.”

“Art. 9º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.” (Grifos acrescidos).

¹ “V – determinar, ainda, o envio à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF de cópia dos documentos de fls. 456/500 do Processo nº 060.007.756/2009, para que apure as irregularidades notificadas pelo servidor AYRTON DE CASTRO GONÇALVES BARROSO, de que outros servidores por ele relacionados também estariam descumprindo a legislação vigente, em especial o disposto no art. 117, inciso X, da Lei nº 8112/90 e no item b.4 da Decisão nº 42/2006, informando ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, as medidas adotadas por aquela Pasta;”



MPCDF

Fl. 765
Proc.: 35896/14

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

16. No que concerne ao atendimento da determinação contida no **item V** da r. Decisão nº 1.894/2014, conforme aduziu o Corpo Técnico, a SES/DF **não elucidou** adequadamente a demanda do e. **TCDF**, em razão da **ausência de informações acerca das medidas adotadas para apurar o cometimento de infração funcional pelos servidores da Pasta**.

17. Nesse contexto, vale dizer que o Corpo Instrutivo, ao apreciar a configuração de infração funcional pelos servidores indicados na denúncia que culminou na prolação da r. Decisão nº 1.894/2014, identificou que **94 servidores da SES/DF exerciam gerência ou administração de sociedades**, em desacordo com a vedação contida na LC nº 840/2011. Com efeito, conforme arrazou o Corpo Técnico, **é premente a instauração de processo administrativo disciplinar para apurar a conduta dos servidores indicados no parágrafo 8 da Informação de fls. 645/662**.

18. No tocante aos **5 servidores listados na Representação nº 14/2015-ML**, os quais supostamente atuavam como sócios administrativos de entidades privadas, o Corpo Técnico constatou a procedência da manifestação do **MPC/DF**.

19. A par dos documentos juntados aos autos em exame e dos dados disponíveis nos sistemas da RFB e da SEF/DF, quanto ao Sr. Sérgio Raimundo Cavechia, malgrado tenha identificado descumprimento do impedimento contido no art. 193, X, da Lei Complementar nº 840/2011, o Corpo Instrutivo sugeriu que o e. **TCDF** releve a ilegalidade em comento, tendo em conta a **liquidação voluntária da Clínica do Rim de Águas Lindas em 6/5/2008**.

20. Para o Corpo Técnico, o tempo transcorrido desde a dissolução da sociedade empresária infirma a viabilidade de identificação de prejuízos decorrentes do acúmulo de funções em destaque.

21. Aos olhos deste **Parquet** especializado, parece **razoável** a sugestão emanada do Corpo Instrutivo, máxime em face da mitigação do efeito pedagógico decorrente da eventual instauração de processo administrativo para apurar a conduta do Sr. Sérgio Raimundo Cavenchia, tendo em conta que o encerramento das atividades da sociedade empresária listada na Representação nº 14/2015-ML ocorreu em 2008.

22. A mesma inteligência deve ser aplicada em relação ao Sr. Enzo Galvão Diniz Torreão Braz. **In casu**, o desligamento do servidor da Amigo Assistência Médica Ltda. e da Cooperativa dos Centros de Diálise e Transplante Associados Ltda. foi registrado em 10/8/2010 e 23/10/2003, respectivamente. Ademais, conforme noticiou o Corpo Técnico, o aludido agente público não exerceu a função de administrador na Clinefro Brasília Serviços Médicos Ltda.

23. Por outro lado, em consonância com o exame realizado pelo Corpo Técnico, verifica-se que as Sras. Rosana Chicon Silva e Renata Miguel Quirino **infringiram** a vedação contida no art. 193, X, da LC nº 840/2011, em razão do vínculo societário das servidoras com



MPCDF

Fl. 766
Proc.: 35896/14

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

o Instituto de Doenças Renais de Bauru Ltda. De modo análogo, restou evidenciada a configuração de infração funcional pelo Sr. Arnaldo Alexandre Alves de Araújo. Nesse particular, vale rememorar que os **parágrafos 13 e 14** da instrução de fls. 645/662 apresentam detalhadamente a conduta dos mencionados servidores que é passível de subsunção ao art. 193, X, do mencionado diploma.

24. Em relação à caracterização de conflito de interesse, o profícuo exame realizado pelo Corpo Técnico **corroborou** as irregularidades descritas na Representação nº 14/2015-ML, exceto no tocante ao Contrato nº 13/2013. Nesse giro, o Corpo Técnico salientou que o ajuste foi firmado entre o Hospital Santa Helena e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, portanto órgão diverso do local de lotação dos servidores sócios da entidade privada contratada pelo Poder Público.

25. Destarte, conforme arrazou o Corpo Instrutivo, ante a verificação de ofensa à vedação contida no art. 9º, III, da Lei nº 8.666/1993, o e. **TCDF** deve determinar a instauração de processos administrativos para apurar o descumprimento das vedações contidas nos arts. 192, IV, e 194, IV, da LC nº 840/2011. **In casu**, os procedimentos correccionais devem envolver os servidores listados no parágrafo 43 da Informação nº 645/662.

26. Na esteira do propugnado pela cuidadosa Divisão de Fiscalização de Pessoal, este **MPC/DF** entende que a Pasta, caso já tenha instaurado procedimento administrativo para apurar a conduta dos servidores indicados no **parágrafo 43** da Informação de fls. 645/662, deve encaminhar as principais Peças dos processos ao e. **TCDF**.

27. **Ademais**, em razão das conclusões a que chegaram tanto o Corpo Técnico como este Órgão Ministerial e levando em consideração a amostragem de casos levantada pelo **Parquet** na sua exordial, pode o c. **Plenário**, em **adendo** às sugestões emanadas da Divisão de Fiscalização de Pessoal, considerar **procedente** a Representação nº 14/2015-ML, no que se refere ao exercício cumulativo de cargo público com administração ou gerência de entidade privada por alguns servidores da SES/DF, bem como no que tange à infringência ao disposto no art. 9º, III, da Lei nº 8.666/1993 por agentes públicos do referido órgão distrital.

28. Por derradeiro, em razão de a Representação nº 14/2015-ML trazer rol ilustrativo que indicava violação ao art. 9º, III, da Lei nº 8.666/1993, este Órgão Ministerial entende ser pertinente que o c. **Plenário** determine à jurisdicionada que adote medidas efetivas voltadas à **identificação de contratos atualmente em execução e que possuam no quadro societário das contratadas servidores da SES/DF**, instaurando os competentes processos disciplinares e evitando a ocorrência da irregularidade destacada na exordial. A adoção de tais medidas **deverá** ser comunicada ao c. **TCDF** no prazo de 60 dias.

29. Ante o exposto, este **Parquet** de Contas possui entendimento **convergente** com aquele contido nas Informações de fls. 645/662 e 745/748, sugerindo que o e. **TCDF**



MPCDF

Fl. 767
Proc.: 35896/14

Rubrica

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

acolha integralmente as recomendações emanadas do Corpo Instrutivo, com os **adendos** mencionados nos parágrafos 27/28.

É o Parecer.

Brasília, 26 de agosto de 2016.

Marcos Felipe Pinheiro Lima
Procurador

DIGITALIZADO